



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

1. Apresentação do Poder Judiciário e das Demonstrações Contábeis

1.1. Do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), órgão integrante do Poder Judiciário estadual, nos termos do art. 92 da Constituição Federal de 1988, detentor de autonomia administrativa e financeira, tem como atividade precípua a prestação jurisdicional buscando solucionar os conflitos da sociedade de forma mais célere e acessível, contribuindo, assim, com a paz social.

Compromissado na implementação de várias ações necessárias ao atingimento de sua missão, este Poder vem implantando vários projetos em prol da celeridade processual, melhoria de sua estrutura física e tecnológica, política de valorização funcional dos servidores, dentre outros.

Nesse contexto, merece destaque o Processo Judicial Eletrônico (PJe), capitaneado e desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), objetivando a automação de todo o Judiciário Nacional.

Considerado um marco na história do Judiciário brasileiro, vem sendo desenvolvido sobre uma base tecnológica sólida, poderosa e segura em relação à operacionalização por todos os usuários envolvidos nesse processo, interligado diretamente com a Receita Federal do Brasil, para assegurar a identificação adequada das partes, e com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para garantir a regularidade de atuação dos advogados.

As vantagens advindas do uso dessa ferramenta são muitas, como por exemplo: aumento da celeridade processual, responsabilidade com meio ambiente ante redução da utilização de papel, redução das construções ou aquisições de imóveis, custeio e pessoal, melhoria de acessibilidade do cidadão ao Judiciário Nacional, entre outros.

No âmbito do TJPE, o uso dessa ferramenta alcançou 35,5% de sua estrutura total, motivo pelo qual em agosto de 2015, o CNJ reconheceu este Tribunal como a corte de justiça estadual com maior número de processos tramitando via Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Vale mencionar que o Poder apresentou resultados positivos na prestação jurisdicional a sociedade, o exemplo foi o cumprimento da Meta 1 do CNJ que é julgar mais processos que a quantidade dos que são distribuídos no mesmo exercício, cujo indicador correspondeu a 103,45% em 2015. Outro exemplo, elogiado nacionalmente,





Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco – FERM-PJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

pela estrutura montada, foi o Mutirão para diminuição de pendências nas Varas de Executivos Fiscais de Recife, realizado em julho de 2015, fruto de parceria firmada entre o TJPE, Governo do Estado e Prefeitura da Cidade do Recife.

No aspecto econômico, o exercício de 2015 foi marcado por uma crise nacional, que impôs a adoção de contingências orçamentárias e financeiras. Impactado com esse cenário, o TJPE implementou um conjunto de ações visando o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder. Para tanto, reduziu despesas com gratificações, diárias, passagens, extinguiu alguns cargos comissionados e diminuiu o número de terceirizados e os gastos com investimentos.

Em relação à gestão dos recursos públicos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA), o Poder opera com duas Unidades Gestoras Executoras (UGE), a 070001–Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a 070002–Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ), este criado por meio da Lei 14.989/2013, iniciando suas operações em setembro/2013.

1.2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Diante do cenário brasileiro de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, continuamos envidando esforços para reconhecer, mensurar e evidenciar o patrimônio público da melhor forma, com o objetivo de refletir a realidade patrimonial da instituição, conforme normatizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT SP 16), regulamentadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essas mudanças vêm ocorrendo de forma gradual, em observância aos normativos vigentes, considerando a dimensão que esse processo de construção requer, dentre outros, mudança de cultura e adaptações nos sistemas informatizados.

Um dos marcos nesse processo foi a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), em 2014, de uso obrigatório pelos entes da federação, que visa possibilitar a consolidação das contas nacionais, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além do PCASP, desde o exercício de 2014, as demonstrações contábeis – Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais – vem sendo elaboradas em novos modelos, com base nas orientações contidas no MCASP e nas Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, publicadas pela STN. Em relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa, esta não foi elaborada em 2014, em virtude da faculdade conferida pelo art. 1º da Portaria STN nº 733/2014, razão pela qual a de 2015 não apresenta os dados relativos ao exercício anterior.



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco – FERM-PJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

As Notas Explicativas foram elaboradas na seguinte ordem:

- 2) Sumário das Principais Práticas Contábeis;
- 3) Balanço Patrimonial;
- 4) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- 5) Balanço Orçamentário;
- 6) Balanço Financeiro;
- 7) Demonstração de Fluxo de Caixa;
- 8) Detalhamento da Movimentação das Fontes de Recursos.

2. Sumário das Principais Práticas Contábeis

2.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

2.2 Créditos e Dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

2.3 Estoques

Os bens adquiridos com recursos orçamentários do fundo são registrados com base no valor de aquisição/produção e sistematicamente transferidos para UGE 070001-TJPE, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado, tanto das entradas como das saídas de estoques. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques ocorridas no TJPE é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64.

2.4 Imobilizado

O ativo imobilizado adquirido com recursos orçamentários do fundo, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco – FERM-PJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

ou construção e sistematicamente transferido para a unidade TJPE, conforme o art. 6º da lei nº 14.989/2013, o qual prevê a incorporação de todos bens adquiridos ao patrimônio do Poder Judiciário do Estado, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado.

2.5 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção. Dessa forma, os softwares adquiridos com recursos orçamentários do fundo, assim como ocorre com os itens 2.3 e 2.4, são sistematicamente transferidos para a unidade TJPE, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado, das entradas e baixas patrimoniais.

2.6 Depreciação e amortização

A depreciação representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. No entanto, ainda não há o reconhecimento deste fenômeno nas demonstrações do Poder, em virtude da limitação do atual sistema de controle patrimonial, fato que será sanado com a implantação de uma nova ferramenta em discussão na instituição. De qualquer forma, quando ocorrer o fato, será evidenciado na unidade gestora TJPE devido o controle patrimonial ser centralizado na referida unidade.

A amortização, por sua vez, é realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Esse fenômeno ocorre apenas na unidade gestora TJPE, pelos mesmos motivos da centralização do controle patrimonial.

2.7 Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas e as despesas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal, classificadas em conformidade com a Parte I e Anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela STN, que trata dos aspectos orçamentários.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, foram elaborados os seguintes quadros:

- ✓ Quadro do Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/64
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/64
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/64.

3.1. Quadro do Balanço Patrimonial – MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Compreende os valores disponíveis em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2015	2014
Conta Única	117.158,75	75.754,90
Contas Movimento	2.315.920,37	2.029.248,47
CDB/RDB	189.999.593,36	238.743.228,31
Fundos de Aplicação Financeira	69.762.564,30	328.463,40
TOTAL	262.195.236,78	241.176.695,08

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Créditos a Curto Prazo – Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, relacionadas a adiantamentos concedidos a servidores para futura prestação de contas (suprimentos de fundos institucional) e créditos relativos a transações entre a UGE TJPE e a UGE FERM-PJ, conforme evidenciados no quadro a seguir.





Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco – FERM-PJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Descrição	2015	2014
Suprimento de Fundos Institucional	27.191,44	30.473,72
Outros Créditos a Receber	160,50	4.948,74
TOTAL	27.351,94	35.422,46

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 3 – Estoque, Imobilizado e Intangível - Não apresentam saldo, uma vez que as aquisições de materiais para estoque, bens móveis e imóveis, assim como de intangíveis relacionados a softwares, adquiridas com recursos orçamentários do Fundo são sistematicamente transferidas para a UG 070001 – TJPE, que detém o controle patrimonial centralizado.

Nota 4 – VPD Pagas Antecipadamente – Pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, detalhadas no quadro abaixo, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o termino do exercício seguinte.

Descrição	2015	2014
Prêmios de Seguros a Apropriar	168.747,44	42.813,35
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	27.344,37	19.710,34
Despesas Pagas a Regularizar	-	3.500,00
TOTAL	196.091,81	66.023,69

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreende outras obrigações da entidade junto a terceiros, destacando-se as obrigações com depósitos de terceiros e FUNAFIN a recolher na época própria, conforme quadro.

Descrição	2015	2014
Depósito de Terceiros	2.071.430,01	1.813.198,61
Contribuições Funafin a Recolher	589.043,11	-
Impostos Retidos	916.907,17	1.131.437,67
Demais Obrigações	230.857,85	256.567,35
TOTAL	3.808.238,14	3.201.203,63

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Nota 6 – Resultados Acumulados – Compõe o Patrimônio Líquido - PL da entidade e encontra-se detalhado no quadro a seguir. Quando comparado com o resultado de exercícios anteriores no montante de R\$ 234.504.720,28, evidencia um acréscimo de R\$ 18.367.425,10.

Descrição	2015	2014
Resultado do Exercício	19.828.199,22	51.151.862,56
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.460.774,12)	5.084,12
SUBTOTAL	18.367.425,10	51.156.946,68
Resultado de Exercícios Anteriores	234.504.720,28	183.347.773,60
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	252.872.145,38	234.504.720,28

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores registrados em 2015, correspondem a lançamentos realizados em decorrência dos fatos contábeis do exercício 2014 e anteriores, conforme detalhado a seguir.

Descrição	2015	2014
Ajuste patrimonial de despesas de exercícios anteriores cujo fato gerador ocorreu em exercício diverso	(1.456.752,73)	-
Baixa de suprimentos institucional cuja prestação de contas ocorreu em 2014	(4.690,75)	-
Cancelamento de obrigação a pagar com fornecedor registrada em 2014	1.397,50	-
Ajustes de Exercícios Anteriores – Desincorporação do Disponível	(728,14)	-
Desincorporação de consignação de folha de pagamento retida em 2013	-	5.000,00
Cancelamento de restos a pagar inscrito em 2013	-	84,12
TOTAL	(1.460.774,12)	5.084,12

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Ressalta-se que o aumento no valor de ajustes registrado em 2015 é reflexo da observância dos princípios de contabilidade, em especial o da competência, bem como da orientação do MCASP, parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, capítulo 10, que trata do Reflexo Patrimonial das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA),





Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco – FERM-PJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

definindo as situações em que as DEA devem ser consideradas como variação patrimonial do exercício ou como ajuste de exercícios anteriores.

O fato evidenciado como Ajustes de Exercícios Anteriores – Desincorporação do Disponível, no montante de R\$ 728,14, compreende a desincorporação de disponível em virtude de divergências na conciliação bancária da conta relativa a suprimento institucional, estando o registro contábil no e-Fisco maior que o saldo de banco. Em 2015, foram identificados os lançamentos equivocados de prestação de contas que ocasionaram tal diferença, os quais foram regularizados através de registros a contrapartida da referida conta de ajustes. Tal situação foi excepcional e decorreu do grande volume de suprimentos institucionais concedidos naquele exercício somado à ausência de um sistema informatizado que possibilitasse otimizar as conciliações que até hoje são realizadas manualmente.

3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/64

Nota 7 – Evidencia a composição patrimonial, conforme estrutura determinada na Lei Federal nº 4.320/64. O patrimônio é dividido em ativo, passivo e patrimônio líquido. O ativo e passivo são segregados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária / legislativa. É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e o passivo financeiros, correspondendo em 2015 ao montante de R\$ 253.031.346,43, detalhado em quadro próprio, conforme Nota 9.

3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/64

Nota 8 – Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações a esse título, especialmente daquelas relacionadas a garantias e contragarantias recebidas e direitos contratuais. No entanto, esforços estão sendo despendidos objetivando a efetiva evidenciação.

3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/64

Nota 9 – O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado nesse quadro por destinação de recursos. Esse montante, quando positivo, representa fonte de recursos para abertura de crédito adicional no exercício seguinte, pois em sua essência, é sobra de recurso que pode ser utilizada futuramente, observadas as vinculações legais.

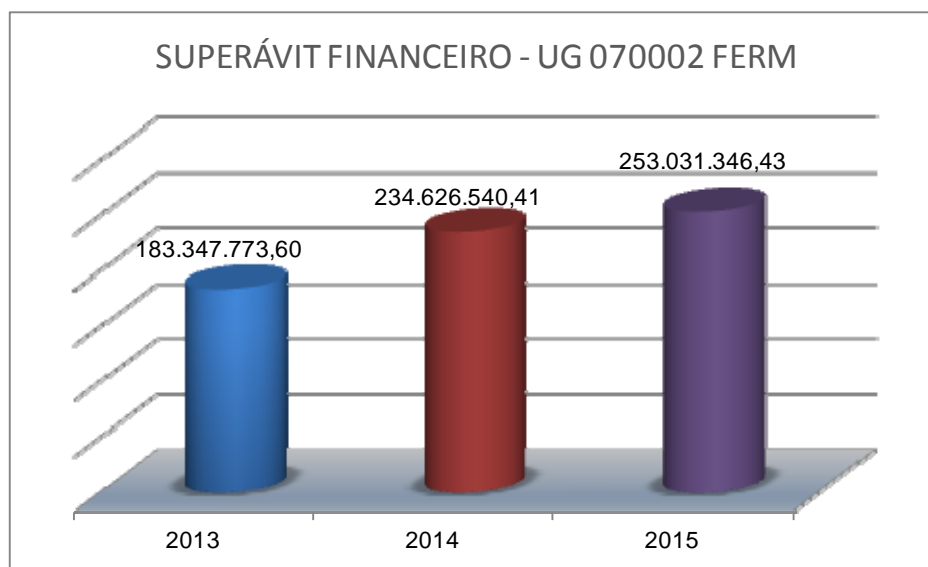


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Superávit Financeiro - Fontes detalhadas	2015	2014	% Variação 2015/2014
	(a)	(b)	(c=a/b*100-100)
FERM-PJ-Custas e Taxa Judiciais, Taxa Sobre Serviços Notariais ou Registrais- TSNR	192.255.551,99	204.230.538,80	-5,86%
FERM -PJ-Depósitos Judiciais	47.174.774,08	22.095.407,63	113,50%
FERM-PJ-PEConsig	282.955,22	150.406,21	88,13%
FERM-PJ-Biblioteca	25.547,27	25.547,27	0,00%
FERM-PJ-Outras Arrecadações	13.292.517,87	8.124.640,50	63,61%
TOTAL	253.031.346,43	234.626.540,41	7,84%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

O Gráfico abaixo evidencia o superávit financeiro apurado nos três últimos exercícios, para fins de melhor evidenciação da evolução do crescimento.



4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Conforme facultado pelo MCASP e pela IPC 05, a DVP não apresenta o Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas. As variações patrimoniais qualitativas são aquelas decorrentes da execução orçamentária, que consistem em incorporação e desincorporação de ativos e/ou passivos, os quais não representam alteração quantitativa patrimonial. Destaca-se em 2015, a incorporação de ativos mediante despesa orçamentária de capital no valor de R\$ 44.837.560,67, relativo à aquisição de equipamentos e material permanente, de softwares, bem como realização de obras e instalações e outros.

Nota 1 – Transferências Intragovernamentais – Em 2015, compreendem somente os créditos a receber transferidos da UGE 070001 – TJPE, relativos à dívida ativa arrecadada em 2015, cujos recursos orçamentários pertencem à UGE 070002 – FERM. Destaca-se, do montante de R\$ 30.900.914,92, em 2014, o repasse financeiro recebido da UGE 070001 – TJPE, de R\$ 30.536.484,91, relativo ao saldo remanescente do superávit financeiro do exercício 2013 na fonte de recursos diretamente arrecadados, conforme previsto no parágrafo único do art. 5º da Instrução de Serviço nº 07/2013, respaldada na Lei nº 14.989/2013.

Nota 2 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Compreendem principalmente a receita pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, no montante arrecadado de R\$ 31.388.586,92, conforme detalhado no quadro abaixo.

Descrição	2015	2014
Receita pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais	31.388.586,92	25.326.733,85
Multas administrativas	219.356,38	49.576,69
Restituições	182.727,06	471.301,93
Demais variações patrimoniais aumentativas	32.641,23	60.167,36
TOTAL	31.823.311,59	25.907.779,83

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro





Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco – FERM-PJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Nota 3 – Serviços – O aumento dessa variação em 2015, comparada ao valor de 2014, não significa um acréscimo de despesa do Poder, uma vez que as variações patrimoniais apresentadas nesta demonstração não representam a totalidade das variações da instituição, pelo fato da UG 070001 - TJPE executar parte do orçamento. Inclusive, em valores globais, houve uma diminuição, reflexo da política de redução de gastos, bem como pelo registro de despesas orçamentárias de exercícios anteriores como ajuste de exercício anterior, tendo alcançado em 2015 o montante de R\$ 117.408.120,84, menor que o valor realizado em 2014 de R\$ 118.987.533,02.

Nota 4 – Transferências Intragovernamentais Concedidas – Correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis, imóveis, almoxarifado e/ou softwares. Em sua maioria, trata-se de bens transferidos para a UGE 070001-TJPE, em virtude do controle patrimonial ser centralizado nesta unidade. Esses valores aparecem como recebidos no TJPE, anulando-se numa demonstração consolidada do Poder.

Descrição	2015	2014
Repases financeiros concedidos	40.864.036,50	757.429,13
Bens móveis - transferências concedidas no mesmo órgão	16.516.813,04	5.574.366,89
Almoxarifado - - transferências concedidas no mesmo órgão	4.598.729,41	3.320.593,56
Bens imóveis - - transferências concedidas no mesmo órgão	25.144.926,78	31.499.228,63
Softwares - transferências concedidas no mesmo órgão	2.988.885,82	792.068,01
TOTAL	90.113.391,55	41.943.686,22

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Os repases financeiros concedidos, evidenciados acima no valor de R\$ 40.864.036,50, compreendem o repasse ao Poder Executivo Estadual de R\$ 40.000.000,00, conforme Lei nº 15.648/2015, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à violência, bem como o montante de R\$ 864.036,50 transferido para a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/96.

Nota 5 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas – Destaca-se a despesa com auxílio alimentação e auxílio transporte para ajuda de custo aos voluntários do Poder



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Judiciário, conforme regulamentado na Resolução nº 191/2006, cujos valores estão detalhados no quadro abaixo.

Descrição	2015	2014
Auxílio alimentação para voluntários	1.428.490,00	994.595,00
Auxílio transporte para voluntários	612.210,00	426.585,00
Demais variações patrimoniais diminutivas	211.043,27	327.020,09
TOTAL	2.149.949,27	1.748.200,09

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

5. Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme art. 102 da Lei nº 4.320/64.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e na IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- ✓ Quadro principal do Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados.

Ressalta-se que por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, tanto no exercício de 2015, assim como em 2014, não há informações a serem apresentadas a esse título.

Cabe esclarecer que o modelo do Balanço Orçamentário não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, em virtude do disposto nas





Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco – FERM-PJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício."

No decorrer do exercício de 2015, o FERM não recebeu transferências financeiras de recursos. Quanto às concedidas, compreendem o repasse financeiro ao Poder Executivo Estadual no valor de R\$ 40.000.000,00, conforme Lei nº 15.648/2015, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à violência, além dos repasses financeiros à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, no valor total de R\$ 864.036,50 conforme previsto na Lei n 11.404/96.

De acordo com a declaração da Coordenadoria de Orçamento e Planejamento deste Tribunal, em cumprimento ao § 4º, art. 6º da Resolução TJPE nº 378/2015, a referida transferência financeira e orçamentária ao Poder Executivo, no montante de R\$ 40.000.000,00, em que pese não estar relacionada às metas prioritárias do citado fundo, não comprometeu, nem prejudicou, a implementação e/ou o andamento de quaisquer das atividades ou metas prioritárias definidas na Lei nº 14.989/2013, e regulamentadas na resolução acima mencionada.

Nota 1 – Receitas Arrecadadas – Superaram em 15,73% o montante das receitas inicialmente previstas, representando um excesso de arrecadação no valor R\$ 29.761.945,30, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	Saldo (Excesso de Arrecadação)	% Variação
(a)	(b)	(c) = (a - b)	
189.211.100,00	218.973.045,30	29.761.945,30	15,73%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Receita Tributária – A receita tributária compreende as receitas diretamente arrecadadas, relativas a Custas, Taxas Judiciais e Taxas Extrajudiciais (Taxa de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Serviços Notariais ou de Registro – TSNR), sendo apresentada pelo seu valor líquido, conforme orientação da IPC 07. A receita tributária bruta arrecadada foi de R\$ 151.148.589,51, sendo deduzido o montante de R\$ 865.837,61, resultando numa receita tributária líquida de R\$ 150.282.751,90, correspondente ao crescimento de 14,36% em relação ao exercício de 2014. As deduções da receita correspondem a restituições de recursos recebidos a maior ou indevidamente.

Descrição da Receita Tributária	Arrecadação por Exercício		
	2015	2014	% (2015/2014)
Custas Judiciais	43.661.215,56	39.016.503,60	11,90%
Taxas Judiciais	19.705.350,39	15.847.751,51	24,34%
Taxa de Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	86.916.185,95	76.547.792,27	13,54%
TOTAL	150.282.751,90	131.412.047,38	14,36%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 3 – Outras Receitas Correntes – É impactada principalmente pela arrecadação da receita advinda da remuneração pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, cuja previsão orçamentária encontra-se no grupo de receita patrimonial. A divergência na classificação foi ocasionada por mudança no entendimento ainda no exercício 2014, ao considerar que os depósitos judiciais não constituem patrimônio deste Poder, não podendo ser classificada como receita patrimonial. Dessa forma, o montante arrecadado foi registrado no grupo de outras receitas correntes. Por esse motivo, os valores realizados em outras receitas correntes são bastante superiores ao previsto, enquanto no grupo de receitas patrimoniais ocorre o inverso.

Nota 4 – Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizado para Créditos Adicionais) – O valor de R\$ 50.000.000,00 representa parte do superávit financeiro dos recursos diretamente arrecadados, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2015, conforme Decretos nºs 42.454/2015 e 42.406/2015, nos montantes de R\$ 10.000.000,00 e R\$ 40.000.000,00, respectivamente.

Nota 5 – Dotação Atualizada – Em relação à dotação inicial, apresenta um acréscimo no montante de R\$ 10.000.000,00. Tal fato decorre do aumento de R\$50.000.000,00 por suplementação, que teve por fonte o superávit financeiro do exercício anterior, evidenciado na nota 4 acima, além da diminuição de R\$40.000.000,00, por meio de





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

anulação de dotação do FERM em favor da Secretaria de Defesa Social, conforme Decreto nº 42.407/2015, no cumprimento do disposto na Lei nº 15.648/2015.

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação por Superávit Financeiro	Cessão de Orçamento	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b - c)
189.211.100,00	50.000.000,00	40.000.000,00	199.211.100,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 6 – Despesas Empenhadas e Liquidadas – Atingiram o montante de R\$ 159.703.474,64, correspondendo a 80,17% da dotação atualizada, representando uma economia na execução de R\$ 39.507.625,36, ou, ainda, 19,83% das autorizações.

Dotação Atualizada da Despesa	Despesas Empenhadas	Saldo da Dotação
(a)	(b)	(c) = (a-b)
199.211.100,00	159.703.474,64	39.507.625,36

Nota 7 – Superávit Orçamentário – Obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, apresenta-se superavitário conforme evidenciado abaixo.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	c = (a-b)
218.973.045,30	159.703.474,64	59.269.570,66

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas e os





Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco – FERM-PJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

valores recebidos pertencentes a terceiros, a exemplo de consignações, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa, relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações e restos a pagar, entre outros.

Nota 1 – Receita Orçamentária – Em conformidade com a orientação do MCASP e da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida de deduções. São tratadas como deduções da receita do FERM-PJ especificamente as restituições de Custas, Taxas Judiciais, bem como de Taxas Extrajudiciais (Taxa de Serviços Notariais ou de Registro – TSNR) recebidas a maior ou indevidamente evidenciadas abaixo.

Descrição	Receita Orçamentária Total	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
Ordinária	-	-	-
Vinculada	219.838.882,91	865.837,61	218.973.045,30
Recursos do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização	219.838.882,91	865.837,61	218.973.045,30
TOTAL	219.838.882,91	865.837,61	218.973.045,30

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas – Não houve recebimento de transferências no exercício de 2015. Entretanto, o valor de R\$ 30.536.484,91 em 2014 corresponde a recurso transferido pela UGE 070001 – TJPE relativo ao saldo remanescente do superávit financeiro do exercício 2013 na fonte de recursos diretamente arrecadados, conforme previsto no parágrafo único do art. 5º da Instrução de Serviço nº 07/2013, respaldada na Lei nº 14.989/2013.

Nota 3 – Transferências Financeiras Concedidas – Compreendem o repasse financeiro ao Poder Executivo Estadual no valor de R\$ 40.000.000,00, conforme Lei nº 15.648/2015, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à violência, bem como os repasses financeiros à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, no valor total de R\$ 864.036,50 conforme previsto na Lei n 11.404/96



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco – FERM-PJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Nota 4 – Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte - Através da análise comparativa verifica-se o aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 21.018.541,70, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2014, evidenciando assim a variação positiva ocorrida nas disponibilidades financeiras da unidade gestora, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, conforme quadro. O resultado positivo provém do resultado superavitário da execução orçamentária.

Saldo Final em 31/12/2015	Saldo Final em 31/12/2014	Resultado Financeiro de 2015
(a)	(b)	(c) = (a - b)
262.195.236,78	241.176.695,08	21.018.541,70

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Elaborada pelo método direto, evidencia as movimentações ocorridas no exercício na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias; c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Por estar no primeiro exercício de apresentação, a DFC não evidencia os valores referente ao exercício anterior, conforme previsto no MCASP e na IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade.

Destaca-se que o fluxo de caixa positivo das operações custeia o fluxo negativo de investimento, representando que recursos operacionais foram aplicados na aquisição de ativos não circulantes. Tal movimentação considera as despesas empenhadas e pagas no exercício, além daquelas pagas a título de restos a pagar.

Nota 1 – Transferências Concedidas – Representam o repasse financeiro ao Poder Executivo Estadual no valor de R\$ 40.000.000,00, conforme Lei nº 15.648/2015, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco – FERM-PJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

violência, bem como o montante de R\$ 864.036,50 transferido para a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/96.

Nota 2 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários no montante de R\$ 639.803,48, representados principalmente por retenções e depósitos diversos, que afetaram positivamente o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tal sistemática está em conformidade com o disposto no MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 6.5, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição. Tal situação decorre do fato da despesa orçamentária paga estar evidenciada pelo seu valor bruto, quando em sua execução o pagamento é realizado pelo valor líquido aos credores e o recolhimento das respectivas retenções ocorrem em data diversa. Além disso, os valores de terceiros, a exemplo de cauções, compõem o saldo de caixa e equivalentes de caixa e constam nessa movimentação extraorçamentária por não representar ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento.

8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos

Em atenção ao item 11 do Anexo VI da Resolução TCE nº 23/2015, que trata da elaboração das Notas Explicativas, foi elaborado o quadro abaixo referente a movimentação das fontes de recursos, contendo o saldo inicial, entradas, saídas e saldo final.



Unidade Gestora Executora – 070002-Fundo Especial de Reaparelhamento e
Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco – FERM-PJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Discriminação	Fontes					TOTAL
	124070001	124070002	124070003	124070004	124070004	
Saldo inicial 2015 (I)	204.230.538,80	22.095.407,63	150.406,21	25.547,27	8.124.640,50	234.626.540,41
Entradas (II)	177.441.320,73	37.059.675,50	170.009,31	-	5.167.877,37	219.838.882,91
Receitas	177.441.320,73	37.059.675,50	170.009,31	-	5.167.877,37	219.838.882,91
Saídas (III)	(189.416.307,54)	(11.980.309,05)	(37.460,30)	-	-	(201.434.076,89)
Restituição de Receita	(865.837,61)	-	-	-	-	(865.837,61)
Ajuste de Exercício Anterior	(728,14)	-	-	-	-	(728,14)
Repasses Concedidos	(40.864.036,50)	-	-	-	-	(40.864.036,50)
Despesas Liquidadas	(147.685.705,29)	(11.980.309,05)	(37.460,30)	-	-	(159.703.474,64)
Saldo Final 2015 (IV) = (I + II - III)	192.255.551,99	47.174.774,08	282.955,22	25.547,27	13.292.517,87	253.031.346,43

Fonte: e-Fisco Financeiro

012470001-FERM-Custas e Taxa Judiciais, Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR)

012470002-FERM-Depósitos Judiciais

012470003-FERM-PECONSIG

012470004-FERM-Biblioteca

012470005-FERM-Outras Arrecadações

Recife, 18/03/2016

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Presidente